NOTÍCIAS CNTV
Boletim Eletrônico
Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 24/06/2013 - Edição Nº841

Transporte de valores do Espírito Santo: Julgamento do dissídio de greve acontece na próxima semana em Vitória

A greve dos trabalhadores do transporte de valores do Espírito Santo pode estar mais perto do fim. Nesta terça-feira (25), foi agendado o julgamento do dissídio de greve da categoria. De acordo com o Tribunal Regional do Trabalho, o julgamento acontecerá no dia 03 de julho.

No dia 15 deste mês, o Ministério Público do Trabalho (MPT) deu parecer favorável à greve. No documento, o MPT oficia pela declaração de legalidade do movimento por não haver comprovação cabal de que a greve estaria ocorrendo por meios ilícitos.

Em relação aos pedidos que motivaram a greve, o MPT opinou pela concessão de reajuste salarial de 12%, desde a data de ajuizamento da ação, bem como pelo aumento do tíquete de R$ 16 para R$ 21, considerando que as empresas já haviam concordado em conceder esses benefícios e comprovado capacidade econômica para tanto.

O MPT defendeu ainda que deve ser pago aos trabalhadores o adicional de periculosidade de 30%, instituído pela Lei 12.740/2012. Os trabalhadores de transporte de valores no Espírito Santo estão em greve desde o dia 29 de abril.

De acordo com o presidente do sindicato que representa os trabalhadores (Sindfortes), Wildson Damacena, a expectativa é de que o desembargador, responsável pelo julgamento do dissídio, acompanhe o parecer do MPT.

"A gente entende que o tribunal será solidário com os trabalhadores. O MPT tem acompanhado todos os nossos avanços, e esperamos que aconteça o mesmo no julgamento", disse Damacena.

Segundo estimativa do Sindfortes, cerca de 700 caixas eletrônicos estão deixando de ser abastecidos no Estado, desde o dia 29 de abril, quando teve início a greve da categoria.

Com a paralisação, cerca de R$ 120 milhões deixam de ser encaminhados a 220 caixas diariamente. Segundo o Sindicato, apenas 30% dos vigilantes está trabalhando. A greve afeta o abastecimento de caixas eletrônicos na Grande Vitória e em municípios do Norte capixaba. Cerca de 600 trabalhadores aderiram à paralisação.

Fonte: Folha Vitória

Vigilantes do Espírito Santo, em greve desde 29 de abril, aguardam para a próxima semana o julgamento do dissídio coletivo

Federação Profissional dos Trabalhadores em Segurança do Rio Grande do Sul lançana capital a Campanha Estadual PL 039 - Eu Aprovo!

Claudiomir Brum, presidente da Federação, destacou os prejuízos que a falta de regulamentação traz para os trabalhadores e a sociedade de forma geral

A Federação dos Vigilantes do Estado do Rio Grande do Sul lançou, na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, a Campanha Estadual PL 039 - Eu Aprovo! A campanha tem como objetivo buscar o apoio do poder público e da sociedade para a importância do PL 039/99, que trata da Regulamentação da profissão do Agente de Segurança Privada.

O presidente da entidade, Claudiomir Brum, destacou na Tribuna os prejuízos que a falta de regulamentação traz não somente para os trabalhadores, mas sim para a sociedade que contrata serviço ilegal de segurança. Citou também o crescimento da informalidade, que no estado já chega a 300 mil pessoas atuando no mercado sem formação.

O presidente solicitou moção de

apoio aos vereadores da casa para aprovação deste importante projeto de lei e no final parabenizou a categoria pela passagem do Dia do Vigilante, comemorado em 20/06.

Os representantes das bancadas, Jussara Cony (PCdoB), Mônica Leal (PP), Séfora Mota (PRB) e Any Ortiz (PPS) e os vereadores Idenir Cecchim (PMDB), Cláudio Janta (PDT), Elizandro Sabino (PTB), Tarciso Flecha Negra (PSD), Engenheiro Comassetto (PT) e Paulinho Motorista (PSB) manifestaram apoio à Campanha Estadual pela Regulamentação da profissão do Vigilante.

Estiveram presentes os Sindicatos do Vigilantes de Passo Fundo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Porto Alegre, Rio Grande, trabalhadores de base e representantes da Força Sindical do Estado.

Fonte: FEPSP-RS

Vigilantes do Espírito Santo, em greve desde 29 de abril, aguardam para a próxima semana o julgamento do dissídio coletivo

CUT e demais centrais sindicais decidem realizar ato conjunto no dia 11 de julho

A CUT, as demais centrais sindicais (CTB, Força, UGT, CSP/Conlutas, CGTB, CSB e NCST), e o MST decidiram, em reunião realizada nesta terça-feira (25), em São Paulo, organizar atos conjuntos – do movimento sindical e social - no próximo dia 11 de julho em todo o País – e também os itens da pauta que serão levados à presidenta Dilma Roussef, em audiência que será realizada amanhã (26), no Palácio do Planalto, em Brasília.

As paralisações, greves e manifestações terão como objetivo destravar a pauta da classe trabalhadora no Congresso Nacional e nos gabinetes dos ministérios e também construir e impulsionar a pauta que veio das ruas nas manifestações realizadas em todo o país dos últimos dias.

"Vamos chamar a unidade das centrais sindicais e dos movimentos sociais para dialogar com a sociedade e construir uma pauta que impulsione conquistas, as reivindicações que vieram das ruas à pauta da classe trabalhadora", disse o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Segundo o dirigente, além de mais investimentos em saúde, educação e transporte público de qualidade, como os manifestantes pediram e que é também uma pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras, os atos de julho irão reivindicar o fim dos leilões do petróleo, o fim do fator previdenciário, a redução da jornada para 40 horas semanais sem redução do salário, a reforma agrária e o fim do Projeto de Lei 4330 – "esse PL nefasto que acaba com as relações de trabalho no Brasil e é, na verdade uma reforma trabalhista escondida atrás de uma proposta de regulamentação da terceirização", de acordo com Vagner.

"O que motivou a população a ir às ruas, a princípio, foi a revogação do aumento da tarifa do transporte coletivo. Concordamos que o transporte coletivo tem de ser subsidiado pelos governos, mas isso não pode impedir investimentos em saúde, educação e segurança e transporte de qualidade para a classe trabalhadora", apontou o presidente da CUT.

Para ele, o Brasil melhorou muito nos últimos dez anos, mas a melhora foi mais da porta para dentro do que da porta para fora. "A insegurança aumentou, a piora nas condições do ensino e da saúde está fazendo com que o trabalhador gaste as conquistas, os ganhos salariais em escola, saúde e segurança privados", justificou Vagner.

"Não fizemos as mudanças estruturais necessárias, a reforma agrária não ocorreu, o sistema político está falido, a representatividade não é democrática, as pessoas não são ouvidas, só elegem. A sociedade tem de controlar o trabalho dos políticos depois das eleições," completou o dirigente.

Plebiscito

Sobre o plebiscito proposto ontem pela presidenta Dilma Rousseff para consultar a população sobre a Reforma Política, Vagner disse que a proposta é positiva porque o povo brasileiro quer participar.

Segundo ele, independentemente do debate técnico sobre a constitucionalidade ou não da consulta popular, a proposta é positiva porque a sociedade tem de ter mecanismos para vigiar.

"Ouvir o povo é importante. Os governantes têm de ter esse tipo de postura – que a presidenta Dilma teve – de, durante seu mandato ouvir os eleitores, isso é democracia representativa", disse Vagner, esclarecendo sempre que não estava falando da Constituição, de questões jurídicas e, sim, da importância de se ouvir a opinião da população.

"Votar não é dar tutela. Tem de ouvir a voz que veio das ruas e o que veio foi, principalmente, a insatisfação do povo com a prática política pequena, para dentro e não para fora. O povo não aguenta mais e quer participar", concluiu Vagner.

O calendário de mobilizações construído, as manifestações e paralisações no dia 11 de julho será debatido pela Direção Nacional da CUT, que se reunirá em São Paulo na próxima quinta-feira, dia 27. Só neste dia, a CUT vai referendar, oficialmente, o calendário.

Pela CUT, participaram da reunião desta terça-feira, na sede da UGT, além de Vagner, Julio Turra (diretor Executivo), Valeir Ertle (secretário adjunto de Organização) e Quintino Severo (secretário de Administração e Finanças).

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Témeo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF